Bolsas
Na sexta-feira
0,66% São Paulo
0,10% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
166.191 — 172.458
10/11 11/11 12/11 13/11

Na sexta-feira
R$ 5,654
(+ 0,056%)

Dólar

	Últimos
6/novembro	5,508
9/novembro	5,504
10/novembro	5,584
11/novembro	5,586
12/novembro	5,586

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 6,233

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82
Outubro/2026	0,14

POLÍTICA FISCAL

Governo e Câmara negociam ajuste fiscal

Projeto que ainda precisa encerrar votação no Senado já é articulado entre líderes governistas e presidente Hugo Motta

» LUÍZA ALTOÉ
» RAPHAEL PATI

Reprodução/X



Motta recebeu o presidente do Senado e lideranças do governo para articular a tramitação do projeto assim que seja aprovado na Casa Alta

O governo federal trabalha para acelerar e garantir a aprovação, na próxima semana, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei complementar (PLP) que trata do ajuste fiscal. O texto-base da matéria foi aprovado pelo Senado Federal na última quinta-feira, mas a análise dos destaques que podem alterar a proposta foi adiada para a próxima terça-feira. Além disso, a matéria ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados para ser sancionada e gerar efeitos.

Em um dia repleto de reuniões na Residência Oficial (RO), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), recebeu, pela manhã, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães (PT), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o líder do PT, deputado Pedro Uczai (PT-SC). À tarde, o encontro foi com o ministro do Planejamento e Orçamento (MPO), Bruno Moretti.

Segundo Guimarães, há entendimento com Motta para que a Câmara vote a matéria "imediatamente" após a conclusão da tramitação no Senado Federal. "Nossa expectativa, conforme acertamos com Motta, é que na hora que o Senado concluir a votação, imediatamente Motta colocará à votação na Câmara", afirmou.

Na avaliação dele, o projeto é "muito importante para o país" e as mudanças feitas pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), o melhoraram. "É assim que se constrói maiorias, o melhor caminho para consolidar a economia brasileira, fazendo esse esforço conjunto para garantirmos a estabilidade fiscal e social e, assim, o presidente assumir seus compromissos feitos durante a campanha eleitoral", disse Guimarães.

Ainda segundo o ministro, durante a reunião, foi programada a agenda de votação de outras matérias de interesse até o final do ano. Motta também comentou a reunião nas redes sociais, mas sem prometer uma votação na próxima semana. "O ministro agradeceu ao Senado pela votação do projeto de ajuste fiscal do governo e pediu celeridade na votação da medida na Câmara. Acertamos também que, assim que o Presidente Lula voltar de viagem, trataremos de outras agendas", escreveu Motta.

Vale lembrar que a matéria enfrentou grande resistência da oposição no Senado Federal, que inclusive apresentaram destaques que podem mudar os resultados do ajuste fiscal. A bancada opositora ao governo também questionou a celeridade para votar a proposta e o Partido Liberal (PL) orientou os senadores a votarem não ao PLP. O texto passou pelo Senado por 45 votos favoráveis a 31.

No encontro com Moretti o tema foi a celeridade da tramitação do PLP. Motta adiantou que pretende dar início à discussão do texto na Casa assim que os destaques passarem pelo Senado.

Fake news

Moretti disse que o objetivo das negociações é "esclarecer" os principais pontos do projeto, que, segundo ele, foi alvo de desinformação desde a apresentação dele, na última quarta-feira, na Comissão Mista de Orçamento (CMO). "É importante esse esclarecimento, porque ainda há, infelizmente, muita fake news nas redes, por exemplo, pessoas divulgando que há corte no salário mínimo, houve, inclusive, deputados experientes, que já foram senadores da República, dizendo que há corte de salário mínimo, o que não é verdade", rebateu o ministro, em entrevista à Globonews.

O ministro ainda disse que a proposta tem o objetivo de "materializar o princípio da responsabilidade fiscal" e que essa agenda estaria alinhada com outras políticas sociais do governo, como a recomposição do salário mínimo e os pisos para saúde e educação, que, segundo ele, devem crescer R$ 20 bilhões juntas em 2027, já considerando o impacto do PLP, se aprovado.

"É importante que a gente vá à Câmara fazer esse trabalho de esclarecimento do projeto, que, de um lado, materializa o princípio da responsabilidade fiscal, nos dá segurança de cumprir as nossas metas fiscais, e de outro lado, preserva direitos fundamentais da população, a política de valorização do salário mínimo, o crescimento dos gastos prioritários de educação e saúde", acrescentou Moretti.

Na saída da votação no Senado, na noite anterior, o chefe da pasta confirmou que o projeto em discussão no Congresso mantém um ganho fiscal estimado em R$ 50 bilhões, além de R$ 10 bilhões em flexibilidade orçamentária. Segundo ele, o impacto total da proposta é de aproximadamente R$ 60 bilhões e os ajustes feitos no texto, com as emendas acatadas pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), foram pontuais.

Mercado em espera

O dólar encerrou o pregão de ontem praticamente estável, com leve alta de 0,05%, cotado a R$ 5,65. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores brasileira, fechou com avanço de 0,66% aos 172.457 pontos.

Investidores acompanham a discussão do PLP do ajuste fiscal, cujo texto-base foi aprovado no Senado e segue para a Câmara. A proposta prevê ações para conter despesas e pode gerar impacto de até R$ 56 bilhões nas contas públicas em 2027.

Segundo Vitor Kayo, economista sênior da Nomad, o câmbio apresentou pouca oscilação ao longo do dia. A divulgação de dados de inflação ao produtor nos Estados Unidos abaixo das expectativas contribuiu para reduzir as apostas em um aperto monetário mais forte pelo Federal Reserve (Fed), banco central norte-americano, em dezembro.

No mercado internacional, o petróleo registrou valorização diante do risco de novos incidentes no Oriente Médio. A moeda norte-americana, por sua vez, ficou praticamente estável em relação às principais divisas. No Brasil, além da tramitação do pacote fiscal, o mercado acompanhou declarações do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que, segundo Kayo, não trouxeram mudanças sobre os juros.

Na Bolsa brasileira, o Ibovespa avançou de forma moderada e se aproximou das máximas do dia depois de passar boa parte da manhã sem uma direção definida. As ações de empresas ligadas ao petróleo contribuíram para o resultado. Papéis do varejo também ajudaram o índice, impulsionados pelo desempenho das vendas no comércio, que ficou acima das expectativas. (PJB)

POLÍTICA MONETÁRIA

"A verdade é cara", diz Galípolo em resposta a críticos

» PEDRO JOSÉ BORGES

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, criticou, ontem, o que chamou de "especialista de vídeo na vertical", que "inundam" as redes sociais de comentários sobre juros. Sem citar nomes, ele disse que o debate econômico, hoje, parece mais com disputa de torcida organizada. A declaração foi feita durante o Barclays Day, evento promovido pelo banco britânico Barclays, em São Paulo.

"O filósofo Harari (escritor Isarelense Yuval Harari) uma vez disse que a 'verdade custa caro' e que demanda a gente investigar, contestar, ir atrás de dados. É custoso ir atrás da verdade. Já a mentira é barata, a ficção é barata", afirmou, sugerindo que as opiniões colocadas nas redes são superficiais.

"É importante a gente separar quem estuda economia há muito tempo e já contribuiu para o país, do ponto de vista do debate econômico, o que é salutar. Cada vez que discuto com pessoas com quem não tenho um alto grau de concordância, eu aprendo. Mas falo aqui dos especialistas de vídeos gravados na vertical, aqueles com que a gente é inundado nos grupos e nas redes sociais".

Durante o encontro, Galípolo também foi questionado sobre a renovação de dois terços da diretoria do Banco Central nos próximos meses e se a indicação de nomes que já criticaram os níveis da meta de inflação poderia afetar a credibilidade do Comitê de Política Monetária (Copom).

O presidente do BC lembrou que, por lei, a escolha dos diretores é uma prerrogativa do presidente da República e ressaltou que todos os atuais integrantes da diretoria foram indicados por Luiz Inácio Lula da Silva.

"Eu acho curioso quando a gente fala: 'Poxa, talvez até o final de 2026 vai ter maioria'. Precisa lembrar: todos os diretores que estão aí foram indicados pelo presidente Lula. Todos; não há nenhum diretor lá que não tenha sido indicado pelo presidente Lula", declarou.

Galípolo também afirmou que há uma confusão sobre as atribuições do Copom e as funções dos integrantes da diretoria. Segundo ele, cada área do Banco Central tem responsabilidades específicas, que não se limitam às decisões sobre a taxa básica de juros (Selic).

Próximos passos

Além disso, Galípolo disse que "não há atualização a ser feita em relação à política monetária". Ou seja, ele evitou antecipar os próximos passos do Banco Central em relação aos juros. O presidente do BC reconheceu que o cenário econômico enfrenta um período de "incerteza elevada", tanto no Brasil quanto no exterior. Segundo ele, esse contexto justifica a decisão de não fornecer indicações sobre o rumo da política monetária.

"São essas mesmas incertezas que recomendam ao Banco Central não fornecer qualquer tipo de orientação sobre o que devem ser seus próximos passos daqui em diante", disse. A ata da última reunião do Copom, divulgada na terça-feira, reforça a preocupação do colegiado com a piora das perspectivas para a inflação. Na reunião, os integrantes do comitê decidiram, por unanimidade, manter a Selic em 13,75% ao ano.

Reprodução / Barclays



Galípolo afirmou não ser possível sinalizar tendências para os juros